

12

Parente negocia ajuda para Brasil

Washington — O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, deve permanecer na capital dos Estados Unidos até amanhã, data em que o presidente Fernando Henrique Cardoso marcou para a equipe econômica apresentar um sólido programa de saneamento das contas do setor público. Não há dia marcado para o anúncio do pacote. Mas é certo que a divulgação das medidas será feita pessoalmente pelo presidente e que o Congresso será informado com prioridade sobre o conteúdo do ajuste. Isso porque a implementação de grande parte das medidas dependerá da boa vontade dos parlamentares. O governo conta também com o apoio Fundo Monetário Internacional (FMI), que já prometeu coordenar uma linha de crédito de pelo menos US\$ 30 bilhões para o País.

Parente e os funcionários da Fazenda que o acompanham passaram o sábado e o domingo em reuniões na sede do FMI. Hoje ou amanhã eles devem incluir na agenda contatos com representantes do Departamento do Tesouro americano. O governo Bill Clinton está empenhado na montagem do apoio internacional ao Brasil e opera com a premissa de que o contágio da crise financeira global precisa e pode ser contido antes de contaminar a economia do País. "A estabilidade e a prosperidade do Brasil são cruciais não apenas para a América Latina para também para os Estados Unidos", disse várias vezes nas últimas duas semanas o secretário do Tesouro americano, Robert Rubin.

As conversas iniciais de Parente com o FMI foram essencialmente técnicas. Elas giraram em torno dos principais números de elevação de receita e redução de despesas que o plano brasileiro prevê para produzir o saldo primário de 2,5% a 3% do Produto Interno Bruto (PIB) nas contas do setor público no próximo ano, conforme foi acertado entre o ministro da Fazenda, Pedro Malan e o FMI há duas semanas. As negociações mais detalhadas sobre o plano devem ocorrer hoje e amanhã.

SIGILO

Pedro Parente disse ontem que comentaria sobre sua missão em Washington somente caso recebesse instruções de Brasília para fazê-lo. A cautela mostra que, desta vez, a apresentação do acordo com o FMI é vista como tão relevante quanto seu conteúdo. Duas vezes, em declarações recentes, o diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus, destacou a importância da autoria do programa fiscal e da responsabilidade por sua execução, afirmando que ambas são de competência do governo brasileiro.

O Brasil tem uma longa tradição de não honrar as metas de política fiscal que negocia com o FMI. Desta vez, no entanto, tanto o governo quanto a instituição têm interesses concretos e imediatos em não repetir a história dos acordos fracassados. Com sua credibilidade seriamente abalada pelo insucesso das operações de resgate das economias da Coreia do Sul, Indonésia e Rússia, que coordenou, o Fundo não pode se dar ao luxo de mais um desastre.

O FMI depende tanto quanto o Brasil do sucesso do programa fiscal voltado para diminuir o tamanho e aumentar a eficiência do setor público brasileiro. E ainda para reduzir a dependência brasileira do capital externo e tornar a moeda menos vulnerável às turbulências do mercado de capitais.

Na sexta-feira passada, o presidente do Congresso dos Estados Unidos, Newt Gingrich, que há algumas semanas chegou a condicionar a aprovação da verba americana para o FMI à demissão de Camdessus, reconheceu que o temor dos republicanos de serem responsabilizados pelo agravamento da crise e de suas repercuções na economia americana foi a razão que os levou mudar de posição e apoiar o dinheiro para o Fundo. "Não estou seguro de que este é um bom momento para se fazer uma aposta gigantesca com a economia mundial", disse o líder dos conservadores.